

Uma reflexão acerca dos saberes sociais de lutas coletivas como processo formativo em Goiás

Una reflexión sobre el conocimiento social de las luchas colectivas como formativa en Goiás

A reflection on the social knowledge of collective struggles as a formative process in Goiás

Joyce de Almeida Borges

Professora da UEG / Câmpus Itapuranga
joycealbo@yahoo.com.br

José Paulo Pietrafesa

Professor da Faculdade de Educação – UFG
Programa de Pós Graduação em Educação / PPGE-UFG
jppietrafesa@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre as contribuições de práticas de luta ou de saberes sociais como instrumento de formação política que se dão no universo da organização popular, por meio de sindicatos, de movimentos estudantis, de lideranças de partidos, ou participação em pastorais e movimentos sociais. Este artigo é fruto de leituras, reflexões e debates realizados durante a Disciplina de Movimentos Sociais e Educação realizada na Pós Graduação da Faculdade de Educação-UFG (Goiânia) em 2015.¹ A revisão bibliográfica utilizada parte das referências utilizada na disciplina e de autores como Grymbowski (1988), Arroyo (2014), Loureiro (1988), Guimarães (2014), Freire (2015) Mészáros (2004), Houtart (2006) etc. Como resultados desta reflexão, concluímos que, por meio da práxis o saber social pode ser construído a partir do processo dialético de confrontos entre atores sociais, por meio das palavras, das ações coletivas e individuais, por meio de construções pedagógicas do cotidiano possibilitadas por diferentes meios de formação, como a participação em reuniões, nas místicas, em círculos de debates, em cursos, em equipes de trabalho e palestras. Estes saberes possibilitam novas práticas de enfrentamento coletivo e popular na formação de novos sujeitos históricos capazes de realizar uma leitura mais crítica, política e social do mundo.

Palavras-chave: Saberes sociais. Formação. Ações coletivas. Organização popular.

¹ Este artigo também é parte de reflexões a serem construídas e nos escritos em que se fundamentará a tese de doutorado intitulada: “Memória e história de territórios de conflitos sociais no campo em Goiás: processos educativos e a formação política de lideranças”.

Resumen

El propósito de este artículo es reflexionar sobre las contribuciones de las prácticas de lucha o el conocimiento social como un instrumento de formación política que se producen en el mundo de la organización popular a través de los sindicatos, los movimientos estudiantiles, dirigentes de los partidos, o la participación en la pastoral y movimientos sociales. Este artículo se basa en lecturas, reflexiones y discusiones durante el curso de los Movimientos Sociales y Educación llevó a cabo en la Facultad de Graduados de Educación-UFG (Goiânia) en 2015 revisión de la literatura utilizó parte de los problemas de disciplina y otros autores como Grymbowski (1988), Arroyo (2014), Loureiro (1988), Guimarães (2014), Freire (2015) Mészáros (2004), Houtart (2006), etc. Como resultado de esta reflexión se concluye que a través de la práctica social del conocimiento puede ser construido desde el proceso dialéctico de los enfrentamientos entre los actores sociales, a través de las palabras, las acciones colectivas e individuales a través de los edificios educativos de la vida cotidiana hacen posibles por medios distintos formación, tales como la participación en las reuniones, mística, debates círculos, cursos, grupos de trabajo y conferencias. Estos conocimientos permiten nuevas prácticas de adaptación colectiva y popular en la formación de nuevos sujetos históricos capaces de realizar una lectura más crítica, mundo político y social.

Palabras clave: El conocimiento social. Formación. Acciones colectivas. Organización popular.

Abstract

The objective of this article is to reflect on the contributions of practices of struggle or social knowledge as an instrument of political formation that take place in the universe of popular organization, through unions, student movements, party leadership, or participation in pastoral and social movements. This article is the result of lectures, reflections and debates carried out during the Discipline of Social Movements and Education held at the Graduate School of Education-UFG (Goiânia) in 2015. The bibliographic review used part of the references of the discipline and other authors such as Grymbowski (1988), Arroyo (2014), Loureiro (1988), Guimarães (2014), Freire (2015) Mészáros (2004), Houtart (2006) and so on. As a result of this reflection, we conclude that through praxis social knowledge can be constructed from the dialectical process of confrontation between social actors, through words, collective and individual actions, through pedagogical constructions of daily life made possible by different means of Formation, such as participation in meetings, mysticism, discussion circles, courses, work teams and lectures. These knowledges make possible new practices of collective and popular confrontation in the formation of new historical subjects capable of carrying out a more critical, political and social reading of the world.

Keywords: Social knowledge. Training. Collective actions. Popular organization.

Introdução

Os saberes sociais partem de experiências construídas por movimentos sociais, sindicatos, experiências coletivas em movimentos de luta como os movimentos estudantis, ONG's, associações etc. E são fortalecidos no trabalho, no cotidiano, na cultura, nas escolas, nas festas e ações comuns. Indagamos: Os saberes essenciais para a organização coletiva podem ser construídos nas lutas populares, nas ruas, nas organizações sociais, de que forma? Como estes saberes têm se apresentado em Goiás, estes saberes sociais contribuíram com as quais ações territoriais historicamente? E na contemporaneidade, como eles se manifestam?

Assim, asseguramos que o saber corresponde a determinados interesses e por isto, contém uma questão de poder e dominação como nos explicou Grzybowski (1986, p. 50): “Por “saber social” entendo o conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses”. O saber social tem essencialmente um caráter de formação política e decorre das classes subalternas. Deste modo, concordamos com Grzybowski (1990, p. 60) ao afirmar que:

Mas há um tempo nas lutas e um tempo para o aprendizado coletivo. A continuação da prática e o acúmulo de experiências permitem um salto na consciência, na socialização política. Trata-se da formação de um saber social com os elementos da prática de luta e com os recursos da própria cultura do grupo. A reapropriação da cultura popular, sua elaboração crítica enquanto negação da cultura dominante, a afirmação do perfil cultural dos trabalhadores, a incorporação de um novo saber obtido na luta e seu uso político pelos movimentos sociais são, sem dúvida, algumas das questões mais importantes que decorrem da irrupção das classes subalternas na arena política, do seu exercício da cidadania.

O saber social é um elemento importante para o fortalecimento das classes sociais, como afirma Grzybowski (1986, p. 56), esses saberes “são as práticas educacionais que compõem a educação popular”. Pois o saber das organizações religiosas, políticas e de movimentos sociais estão permeadas de saberes coletivos que viabilizam a luta de classes, de poder e de territórios. Neste sentido, podemos considerar que os saberes sociais são formações políticas educativas, nas quais apropriadas pelos sujeitos se tornam instrumento de luta.

Nesta reflexão, buscamos ainda o conceito de movimento social, proposto por Warren (1987, p. 8) que se apoia em autores como Gramsci, Marx e Lukács para

realizar suas análises: “Concebo movimento social como um conjunto de relações sociais comandadas por uma dialética de opressão e de libertação”. A autora se preocupa com a busca de libertação de grupos subalternizados, dominados e atingidos diretamente pela ação do capital, o que também nos interessa nesta discussão aqui proposta. Entretanto, nosso intuito neste artigo é analisar como os saberes sociais têm contribuído ou não com as mudanças políticas no Brasil e em Goiás, compreendendo os movimentos sociais, os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos estudantis e de luta social como um espaço de formação pedagógica.

Para a reflexão sobre os “Saberes sociais” este artigo divide-se em três blocos. O primeiro busca uma interpretação da teoria de movimentos sociais por meio de um debate histórico, sociológico e político perpassando pelas transformações ocorridas neste movimento ao longo da história brasileira. Pautamo-nos em debater algumas correntes teóricas de movimentos sociais como base em autores como Touraine (1985) Mellucci e Blumer (1939), Warren e Luchmann (2004), Gohn (1997).

O segundo bloco busca compreender a particularidade histórica dos movimentos sociais no campo em Goiás, tendo em vista momentos de embates entre camponeses, estado e forças militares. Além de neste processo histórico se registrar as formas de aprendizagem por meio das experiências políticas, sindicais, sociais e partidárias. Trazemos alguns depoimentos de lideranças religiosas ligadas a CPT para elucidar o processo de luta pela terra vivenciado em Goiás e as violências sofridas por estes atores.

E o terceiro e último bloco busca entrelaçar uma interface entre os movimentos sociais e educação como perspectiva de construção de um modelo de sociedade que rompa com as contradições do sistema capitalista e produza novas formas de lidar com o saber, o trabalho, o cotidiano, a sociedade e o próprio mundo.

Os movimentos sociais no Brasil.

“O exercício teórico tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento a uma crítica fecunda. E só a História tem condições de fecundá-lo. Só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento.”

José de Souza Martins

As pesquisas sobre os movimentos sociais em 1960 tinham um caráter mais sociopsicológico, principalmente a Escola de Chicago, com Herbert Blumer, pois,

buscavam interpretar os comportamentos coletivos dos indivíduos. Os estudos clássicos norte americanos interpretavam os comportamentos racionais e irracionais, observavam as tensões, insatisfações, ações coletivas e as reações. (GOHN, 1997) Sendo assim, nesta perspectiva a educação é mecanismo de organização social. O papel das lideranças na formação dos grupos é essencial neste paradigma de estudo.

Na teoria de movimentos sociais Blumer divide os movimentos sociais em: genéricos, específicos e expressivos. Para Blumer (*apud* GOHN, 1997) os movimentos sociais seriam o resultado de uma insatisfação individual que motiva a luta por mudanças coletivas. Os movimentos genéricos podem ser exemplificados pelos movimentos de jovens, de mulheres e de operários e são indicadores de direções. Os movimentos específicos apresentam metas bem definidas, lideranças conhecidas e reconhecidas, há consciência coletiva. Os movimentos reformistas e revolucionários podem ser classificados como específicos, com estratégias e ideologias. Os expressivos têm objetivos definidos que se cristalizam, como os religiosos.

A corrente de estudos de movimentos sociais europeus nos ampara como base de análise para os movimentos sociais em Goiás, uma vez que os estudos do francês Alain Touraine (1985) concebem os atores sociais dos movimentos como agentes dinâmicos capazes de aprender coletivamente e construir ações críticas. Para este autor os movimentos sociais são indispensáveis, porém, não são capazes de provocar mudanças sociais apenas por si mesmos. Touraine (1985) também concorda que o individualismo exacerbado da sociedade atual interfere diretamente na organização social dos movimentos.

O movimento social é fruto de uma tensão, e é resultado de conflitos territoriais, políticos, sociais, econômicos e culturais. Para Touraine (1985 *apud* GOHN, 1997) não cabe uma análise de movimentos sociais os colocando como portadores únicos de transformação social, o que seria extremamente utópico tê-los com os agentes únicos de enfrentamento e de ações coletivas. Assim, um movimento social é ao mesmo tempo um conflito e um projeto. Este autor também considera o papel do estado como força social de mudança histórica. Compartilhamos das ideias de Touraine (1985) uma vez que ele analisa a importância das experiências coletivas como formas de aprendizado e como mecanismos de ação na prática dos movimentos sociais.

Os estudos sociológicos de Warren e Luchmann (2004) no Brasil sobre movimentos sociais se concentram historicamente a partir de 1970, e visavam interpretar fenômenos urbanos como o sindicalismo, utilizando-se do paradigma marxista clássico da luta de classe, com base em Castells, Lojkine, Borja, entre outros. Posteriormente outros teóricos foram adentrando ao debate com as “teorias dos novos movimentos sociais”, a partir de Touraine, Melucci, Guatarri, Thompson, Castoriadis. As análises centravam-se nos aspectos políticos-institucionais dos movimentos, bem como na sua capacidade de intervenção, além de mostrarem a relação entre sociedade e esfera pública.

Nos anos de 1980, os movimentos sociais mais progressistas atuavam com uma agenda emancipatória pré-estabelecida. Diagnosticavam realidades, construíam propostas e articulavam as ações coletivas. Estes movimentos possuíam laços de sociabilidade fortalecidos pelas comunidades de bairros, associações e tinham laços de amizade que fortaleciam os discursos e estas particularidades históricas e cotidianas favoreciam nas ações de estratégias e no campo da práxis. Havia uma ação dos professores universitários maiores, pois estavam vinculados aos movimentos de forma mais direta e os movimentos sociais não eram apenas objetos de estudo como se vê na maioria das universidades hoje. Neste momento histórico, os movimentos sociais no Brasil recebiam fortes influências dos movimentos de base cristãs, como a corrente da Teologia da Libertação. (GOHN, 2003)

Já na década de 1990, com o avanço neoliberal e a globalização, os estudos analíticos dos movimentos sociais se complexificaram em virtude de novos atores que passam a compor este cenário, como as Ong's (Organizações Não Governamentais) fóruns sociais, as associações, as marchas, o Movimento de Economia Solidária e o surgimento de inúmeros movimentos com pautas diferenciadas. Esses movimentos passam a trazer em seus discursos categorias ligados ao campo do direito, como cidadania, sociedade civil, Estado e as correntes teóricas passam a estudar isto, sem perder de vista que os conflitos entre classes não se findaram. (WARREN; LUTCHMANN, 2004)

Analisamos deste modo, os movimentos sociais relacionados a outros instrumentos de luta e às hierarquias capitalistas uma vez que alguns movimentos sociais podem ser capturados pelo estado, ou postos em condição de subalternidade.

Além disso, os movimentos sociais se multiplicaram, passaram a atuar na constituinte, ganharam novas identidades, sujeitos sob o domínio da globalização, também ressaltamos a conquista de políticas públicas, e as novas organizações em redes como elementos dos novos movimentos sociais. Rosar (2011) levanta os diferentes recuos e avanços nos movimentos sociais brasileiros no contexto neoliberal globalizante e mostra como estas mudanças passam a interferir na educação, a partir da consolidação de políticas públicas, de reformas educacionais, de mudanças legislativas, etc.

O Fórum Social Mundial, evento organizado por movimentos sociais espalhados pelo mundo (entre o final do século XX e início do XXI), aparece como um marco histórico importante em que se tenta unir estes movimentos e promover um debate entre os diferentes grupos sociais. Nestes debates as categorias: paz, justiça social, ecologia, soberania alimentar, democracia, aparecem como ideias e princípios de demandas para uma nova sociedade. Os próprios líderes de movimentos passam a ressaltar a necessidade de “uma unidade de luta” em que os objetivos possam se convergir e as estratégias possam ter resultados mais satisfatórios.

Assim, com o avançar do Neoliberalismo movimentos sociais ligados à educação, a moradia, a questão racial, sexual, a ecologia, reforma agrária, contra o desemprego, com foco na antiglobalização, também ganham forças. No Brasil, não podemos deixar de mencionar a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), este que surge no Paraná em 1985 e é considerado um dos movimentos sociais de maior força política no cenário mundial, o qual assim como a Via Campesina busca direitos ligados a outros setores sociais como a educação, a saúde, o trabalho, a aposentadoria e a moradia. O MST apresenta 190 organizações camponesas em 70 países que junto a outros como, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores), MMC (Movimentos das Mulheres Camponesas), TL (Terra Livre). (DOMINGUES, 2007).

Neste cenário atual as mobilizações, via redes midiáticas² passam a trazer novas formas de protesto, organização e debate, embora essas mudanças tecnológicas na mesma medida, em que auxiliam na possibilidade de construir debates coletivos, do nível local ao nacional, também dificultam as organizações, porque, a grande parte dos

² Gohn (2003) mostra que as estratégias dos movimentos sociais têm apresentado novos elementos como as pressões virtuais, fortalecem reivindicações locais, significam pressão indireta, direta e instrumento de denúncia de muitas questões sociais que até então estavam invisibilizadas.

indivíduos contenta-se em realizar suas “mobilizações sociais” por meio da tecla do computador, e até passam a se considerar pertencente a um movimento social pelo simples fato de opinar via internet sobre qualquer fato histórico, social ou político. O que não contribui para os avanços das organizações e mobilizações coletivas no âmbito profundo e emergente de questões sérias e de interesse popular. (WARREN, 2006)

Buscamos também em autores como Melucci, sociólogo italiano, alguns elementos para entender os Novos Movimentos Sociais hoje. Melucci (*apud* GOHN, 1997) afirma que a autonomia e a ideologia são categorias centrais para entender os movimentos hoje, pois é a partir delas que se é possível traçar estratégias para o próprio movimento, sua reprodução, suas ações coletivas. Este autor assim como Touraine (1985) também percebe a importância das lideranças para a construção da identidade coletiva e da práxis transformadora, assim como pode ocorrer entre as práticas educativas a serem investigadas nesta pesquisa.

Em nossa análise de movimentos sociais chamamos a atenção para alguns autores que afirmam que os movimentos populares estão “fatiados”, como Barker (2014), não apresentam características homogêneas, é plural, e podem ter dificuldades de se comunicarem uns com os outros. O mesmo autor, também nos alerta para a “onda de protestos”, sem ciclos, sem discussões contínuas. Mas considera o protesto como uma forma legítima de estratégia política. Também observa que uma onda de protesto frequente exige inovação tática.

Assim, dada a discussão teórica em torno de como os movimentos sociais têm se transformado ao longo da história, e como atores hegemônicos e contra hegemônicos têm se envolvido neste universo de tensões sociais, nosso objetivo adiante é entender como os saberes coletivos por meio de alguns enfrentamentos históricos foram se delineando em Goiás, para interpretarmos como estes saberes se materializam na contemporaneidade.

Um pouco da particularidade histórica do cenário das lutas coletivas no campo em Goiás

“Assim, toda prática política é educativa, bem como toda prática educativa é política.”
Valderês Loureiro (1988)

O século XX na relação campo-cidade é, sobretudo, marcado pela intensificação das migrações em Goiás, a entrada da Estrada de Ferro, as transformações na agricultura, com a introdução de técnicas agrícolas, bem como a Marcha para o Oeste, a Colônia Agrícola de Ceres³ (CANG), a construção da BR 153, a produção de arroz, as atividades ligadas à pecuária, ao leite e o início da industrialização e da urbanização. (CHAVEIRO, 2001)

O avanço da urbanização no Brasil, o surgimento do capital na agricultura brasileira, as contradições do capitalismo e suas implicações no campo, o cenário político marcado pelos ideais desenvolvimentistas da década de 1950 e 1960, as ideologias norte americanas se disseminando, o consumo de bens eletrônicos impostos pela mídia passam redefinir um novo cenário político e social as populações camponesas que passam a ser expulsas do campo. O aumento da expulsão do campo leva a intensificação de conflitos pela posse da terra e o surgimento de reivindicações. As reivindicações passam a ter caráter local em Goiás, principalmente na luta pelo abaixo do arrendo, sob o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas, também a Igreja Católica, e outros setores da sociedade civil como, associações e os sindicatos: “[...] nos anos 1964 e 1965, a maior taxa de intervenção sindical em todo o Brasil, sendo que Goiás foi considerado o lócus de maior conflito político-sindical.” (GUIMARÃES, 2014, p. 12)

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi um dos principais partidos que auxiliaram na criação das Ligas Camponesas em 1940 em várias regiões do Brasil.

O século XX na relação campo-cidade é, sobretudo, marcado pela intensificação das migrações em Goiás, a entrada da Estrada de Ferro, as transformações na agricultura, com a introdução de técnicas agrícolas, bem como a Marcha para o Oeste, a Colônia Agrícola de Ceres (Cang), a construção da BR 153, a produção de arroz, as atividades ligadas a pecuária, ao leite e o início da industrialização e da urbanização. (CHAVEIRO, 2001)

A primeira cidade recebia o nome de Campo Limpo e posteriormente foi denominada de Orizona. Neste município como em outros em Goiás, havia os contratos de trabalho via oral, a parceria e o assalariamento eram utilizados de forma conjunta e

³ A CANG foi um dos pontos de atração criada em 1941 para camponeses de todo o Brasil localizada no Oeste do Estado de Goiás cujas propagandas eram realizadas pelo governo com promessas de acesso a empréstimos, uso de máquinas, assistências técnica etc. (MAIA, 2005)

50% do arrendo era destinado aos patrões, além do prefeito do município permitir a repressão de camponeses. Foi uma mobilização de aproximadamente 300 camponeses. Segundo os depoimentos soldados em número alto foram enviados para a região. O resultado foi um grande número de processos, violências físicas, pessoas aleijadas, prisões etc. Os fazendeiros eram do PSD. Dez famílias tiveram suas terras desmembradas. (LOUREIRO, 1988)

Neste contexto de luta, entre 1948 e 1952, Loureiro (1988) afirma que o Partido Comunista era um educador em sua análise da relação entre partido político e classe como relação pedagógica. O PCB entendia que o saber era um importante instrumento de luta. Neste momento, o presidente do partido era Gregório Bezerra. (LOUREIRO, 1988) Neste período de enfrentamento social em Goiás, em meados do século XX, os congressos camponeses também foram importantes para auxiliar na formação e na organização social dos camponeses, como explica Guimarães (2014, p. 47)

Em setembro de 1953, ocorreu, simultaneamente em São Paulo, Paraíba e Ceará, o primeiro Congresso Nacional denominado I Conferência de Trabalhadores Agrícolas (CTA), cuja resolução principal foi a proposição de formação de uma entidade nacional que orientasse, unificadamente, o movimento camponês. Em 1954, ocorreu em São Paulo, com a participação de vários estados brasileiros, a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Nesse encontro, elaborou-se a Carta dos Direitos e das Reivindicações e foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com o objetivo de direcionar a organização dos trabalhadores rurais.

A região de Orizona posteriormente se destacou, em 1988 com a presença de 27 associações de produção no campo. O município passou a ter autonomia para atender as necessidades principalmente mediadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), pela Emater, as Ceb's, o STR, a Fetaeg e a Embrapa. (BEZERRA, 2004). Grande parte destes camponeses da região de Orizona e Pires do Rio foram posteriormente participar das ocupações no confronto de Trombas e Formoso.

A Associação de Trombas e Formoso surgiu em 1954 sob a denominação de “Associação de Lavradores e Trabalhadores de Formoso”. Esta associação visava a defesa das terras griladas, o desenvolvimento de cooperativismo e a criação de escolas. Segundo Duarte (1998) o movimento de Trombas e Formoso pode ser dividido em três fases:

- (1952-1954): tentativas de compras de terras a baixos preços, pressões sobre os posseiros na cobrança do arrendo, expulsão de posseiros por jagunços e policiais, queima de ranchos⁴, saques de colheitas;
- (1954-1957): chegada do PCB, formação de associações com o intuito de formas sindicatos posteriormente. Choques armados entre policiais e posseiros, uso de táticas de guerrilha;
- (1958-1962): Refluxo do movimento. O Estado passa a intervir mais na questão para demarcar terras e promete conceder títulos aos posseiros. A criação dos “Conselhos de Córregos” para tomar decisões coletivas e resolver questões locais se inicia e os mutirões também passam a ser realizados como resistência coletiva. Em 1962 José Porfírio foi eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro.

Paralelo ao Movimento de Trombas e Formoso, outros municípios também sofreram tensões sociais como: Amaro Leite, Porangatu, Gurupi, Jussara, Britânia, Novo Brasil, Goianésia etc. A chegada de empresas agropecuárias e de estradas foram marcadas pela intensificação destes conflitos. (DUARTE, 1998) Estes movimentos de luta pela terra nos auxiliam a compreender como estas resistências foram necessárias e fundamentais contra a expropriação da renda e da terra no processo de avanço do capital em Goiás.

Outro movimento neste contexto que se faz necessário destacar no processo de articulação dos trabalhadores rurais é a Associação Rural de Itauçu organizada em 1956. Esta associação também luta contra o abaixo do arrendo, promovia a ações de apoio ou subsídio aos camponeses de Formoso, ou a aqueles que estavam indo ou já se estabeleciam no norte de Goiás. (GUIMARÃES, 2014)

A partir de 1960 as lutas sociais no campo foram abafadas pelo golpe militar no Brasil e em Goiás. Novas configurações começam a ser delineadas com as mudanças na sociedade brasileira, no âmbito político e social. Essas transformações serão melhor pontuadas e analisadas no item que se segue, em um enlace entre as questões sociais, a educação e o papel dos movimentos sociais na construção de novos sujeitos.

⁴ Durante o Movimento de Trombas e Formoso, em Trombas se destaca o líder, José Porfírio, que teve sua residência invadida e a roça queimada em virtude de ter ido a Goiânia encontrar-se com o Procurador da Justiça na tentativa de anular as titulações fraudulentas de grileiros. (DUARTE, 1998)

As práticas formativas de preparo para quadros de pessoas para atuarem junto aos sindicatos se inicia após o golpe militar de 1964 no Brasil e se intensifica na década de 1970, em uma realidade a qual já havia 293 sindicatos dos trabalhadores rurais em 19 estados brasileiros. A FETAEG (Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás) se fortalece enquanto entidade importante neste processo, em conjunto com o PCB, as igrejas e o estado. (ALVES, 2011)

Porque durante os anos de 1963 os sindicatos se expandiram tanto em Goiás? Podemos dizer que havia uma disputa de domínio sobre as populações do campo. Era na verdade um discurso do estado de promover a sindicalização como mecanismo de contenção dos conflitos. Contudo, apenas a sindicalização sem as reformas de base estruturais não garantiam os direitos da classe trabalhadora do campo de estarem realmente amparados. No entanto havia um entendimento que a sindicalização era o primeiro passo antes de se executar a Reforma Agrária. (GUIMARÃES, 2014)

Na organização sindical de três municípios a Igreja Católica teve um papel maior em na sua organização e articulação. Entre os municípios em que a igreja teve participação maior foram Itapuranga, Ceres e Carmo do Rio Verde. A organização dos sindicatos em Goiás passaram a ser disputados pela FETAEG, pela CUT e pelo PC do B. A Fetaeg associa-se ao Estado e inicia-se divergências em relação a visão de mundo da igreja. (ALVES, 2011) Na formação sindicalista e partidária a teoria direciona a ação política. Os cursos e temas de formação política se tematizavam entre a história da sociedade, classes e luta de classes, história do movimento sindical no Brasil, estrutura sindical, economia política básica, estado e ideologia. (PEREIRA, 1999)

Quanto ao papel do partido político na formação de trabalhadores, Gramsci (1982, p. 15) destaca:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à ironia e à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção de graus; um partido político poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é educativa, intelectual.

Já Alves (2011, p. 16) em sua tese, se debruçou em seus estudos acerca do papel da CPT em Goiás na formação política de camponeses e na sua organização coletiva nos momentos de enfrentamento no campo:

Em suma, a CPT exercita o que o MST e a Fetaeg fazem, no entanto, agregando outro valor, que para o trabalhador rural tem um grande sentido, que é a fé religiosa. Nenhum dos outros agentes coletivos organizados insere a questão da religiosidade nas suas práticas, que é um elemento a mais. A CPT propõe um quadro de referenciais formativos mais abrangente.

Grande parte da militância política exercida nos anos de 1970/80 em movimentos sociais e nas Ceb's tinham grande relação com o PT. Para Gramsci, os partidos políticos e os sindicatos são elementos necessários para a mudança das estruturas hegemônicas uma vez que conseguem trazer a unidade de classe entre indivíduos que representam diferentes interesses sociais. As forças hegemônicas se fortalecem cada vez mais no mundo, e sem projetos políticos claros construídos por partidos, sindicatos e movimentos populares que articulem ações contra hegemônicas e contra sistêmicas, isto dificulta a capacidade das lutas políticas contemporâneas. (LACLAU; MOUFFE, 1985)

Entre um dos instrumentos pedagógicos e formativos utilizados pela CPT em Goiás, estava o Boletim “O Plantador” que alertava sobre os direitos trabalhistas no campo, sobre cursos e conteúdos reflexivos, uma vez que a prática precisava ser teorizada para ser libertadora. A CPT, utilizava e utiliza os mesmos instrumentos formativos da educação popular freiriana, a reflexão, a leitura, o debate ou a fala e a consciência.

Segundo Alves (2011) este trabalho formativo se dava em três dimensões:

- 1) A prática informativa;
- 2) O preparo dos agentes pastorais;
- 3) A posse do capital e a aquisição do *habitus*.

Durante estes trabalhos formativos da CPT muitos cursos foram realizados, com inúmeros participantes. Entre os professores que contribuíram com estas formações destacam-se: Sérgio Paulo Moreira, Carlos Rodrigues Brandão, Zander Navarro, José de Souza Martins, João Pedro Stédille, Luiz Fenelan P. Barbosa, Horácio Martins de Carvalho, Marcelo Barros de Souza, Daniel Rech, Ivo Poletto, Osvaldo de Alencar Rocha. (ALVES, 2011)

Neste sentido, após entendermos a territorialização da Teologia da Libertação em Goiás, passamos a conhecer melhor o objeto de estudo para também interrogá-lo melhor e passamos a ter mais condições de compreender os depoimentos dos entrevistados. Em nossos estudos buscamos fontes secundárias de pesquisa também em jornais, revistas e vistas a campo a sujeitos ligados diretamente ao processo de enfrentamento da luta pela terra em Goiás. Iniciaremos a abordagem deste processo no município de Goiás pelo fato de hoje ser o município com o maior número de assentamentos e por lá estarem ainda alguns líderes religiosos e de partidos ligados a Teologia da Libertação, o que não significa que em outros municípios também não estevam presentes representantes com a mesma perspectiva.

Entre as ações da teologia da Libertação em Goiás, pode-se destacar a denúncia de megaprojetos de desenvolvimento que expulsam os homens do campo, bem como falas que denotam apoio a camponeses em áreas de conflito e atos públicos durante as missas em forma de notas em discursos religiosos de padres, como Dom Fernando, que no dia 09 de Abril de 1985 conforme o jornal “Vai e vem” de São Paulo registra: *“O que causa maior revolta é ver que repetem, hoje, com um governo eleito sob a bandeira oposicionista, as mesmas violências praticadas contra os humildes, durante o governo anterior, as violências eram praticadas á luz do dia, sem disfarces: agora elas são cometidas na calada da noite, para que, sob a luz do sol, a demagogia continue enganando a população com discursos de amor aos pobres.”*

Entre um dos Freis ligados à Teologia da Libertação, que atua na Cidade de Goiás, entrevistamos Frei Mingas ou Domingos dos Santos, natural da zona rural do interior de São Paulo. Assim que Dom Tomás chegou a Goiás ele se entusiasmou com o projeto de que *“Não é possível viver o Cristianismo sem o compromisso social.”* Em sua trajetória como padre em Goiás, participou do trabalho de conscientização de camponeses para que eles pudessem se libertar do jugo dos fazendeiros. Ajudou na realização de cursos, reuniões e a formar um sindicato dos trabalhadores rurais em oposição ao sindicato rural dos fazendeiros.

Frei Mingas participou de Cursos de Teologia da Libertação com Leonardo Boff, onde atualizou seus conhecimentos relativos Teologia Clássica, na época em que Dom Tomás esteve à frente da Diocese de Goiás. Segundo o padre, a Teologia de Tomás de Aquino fundamentou a teoria social dos bens, em seus estudos Frei Mingas

se inspira no Peruano Gutierrez, que se fez dominicano o qual discute a mística o pobre: *“Isso me encanta muito. E fundamentou minha pastoral e minha espiritualidade”*.

O padre entrevistado atuou em Minas Gerais nas Ceb's e ficou no TO por dois anos na CPT de Porto Nacional. Frei Mingas trabalhou com Frei Henry no TO e com padre Josimo. Em 1987 retorna a Goiás quando pipocaram os movimentos de luta contra os latifúndios improdutivos. Auxiliou nos acampamentos e nas discussões jurídicas para conseguirem as terras. Nesta atuação o Frei Mingas declara: *“O trabalho era grande, porque não é possível separar a questão política da sociedade”*.

Mingas explica que sua atuação junto aos camponeses se deve a sua origem rural e a outros fatores: *“Sempre me dediquei mais ao povo do campo. Sempre gostei de ouvir os camponeses. Escutar o povo. As pessoas do campo conseguem ligar a Bíblia ao seu cotidiano. O povo sabe contemplar a beleza da natureza e sabe casar com a palavra de Deus”*.

Esta etapa de atuação da Diocese de Goiás, com enfoque na Teologia da Libertação se dá no final do século XX e início do século XXI o qual os trabalhadores no campo vivenciavam durante a década de 1990 o aumento das expulsões e da violência no campo. E como já mencionamos anteriormente, o avanço da modernização agrícola, do neoliberalismo, a subproletarização e o desemprego no campo, reforçamos isso, para não descontextualizar todo o trabalho realizado por esta entidade e para que compreendamos melhor as entrevistas realizadas com os religiosos que atuaram durante este momento no Brasil. (MARTINS, 1980)

Outro líder religioso entrevistado durante esta pesquisa foi, Frei Marcos, atuou junto a Dom Tomás em Goiás em ações vinculadas a Teologia da Libertação e as pastorais. Marcos formou-se em Teologia na Itália, de 1960 até 1973 trabalhou com os movimentos sociais em São Paulo. E em 1966, foi convocado pelo II Conselho Vaticano para compor a coordenação de um dos setores da Diocese. A convite de Dom Paulo Evaristo Arns, bispo que lutou contra a ditadura e as torturas chega em Goiás em 1973 com o intuito de trabalhar com “a opção preferencial pelos pobres”. Neste trabalho Frei Marcos coordenou a pastoral dos excluídos que acolhia sem tetos, prostitutas, entre outros.

Em entrevista Frei Marcos deixa claro que desenvolveu seu trabalho em parceria com a CPT, em reuniões com sem terras o qual auxiliava aqueles que tinham

sido expulsos das terras dos Caiados, Berquó, Fleury. O frei relata que em 1979 a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Divina foi ameaçada e quase acertada por um tiro. E que nestas assessorias junto aos camponeses ficavam assustados com a forma com as terras em Goiás foram griladas e apropriadas “na base do trabuco.” Entre um destes casos Frei Marcos destaca que somente Urbano Berquó tinha 60 propriedades em que ele foi acumulando no tempo em que era advogado.

Registramos durante a entrevista as violências físicas e simbólicas sofridas por Frei Marcos em Goiás:

Apareceram algumas madames aqui na igreja que disseram que o Ronaldo Caiado ia mandar uma caravana no convento da Igreja do Rosário para me prender. Vieram realmente, capatazes, pessoas e ficaram aqui de frente a igreja. As madames queriam que eu entrasse no bagageiro do carro para não ser preso e fosse com elas. Eu disse que não entraria em carro de ninguém. E elas continuaram inventando mentiras para me assustar, inventando histórias. Elas inventaram que o Berquó estava amarrado no Mosquito. Enfim. As ameaças eram grandes. E como a minha figura é muito visível. As vezes evitava alguns lugares por conta das perseguições. Nós acolhíamos os camponeses nas igrejas com músicas e orações antes das ocupações.

Um fato histórico importante no relato de Frei Marcos, é que foi durante a ocupação do Assentamento do Mosquito⁵ que Ronaldo Caiado resolveu criar a UDR (União Democrática Ruralista). Ou seja, este fato foi um marco histórico na política agrária do Brasil atrelado as ações de camponeses de Goiás, atores da CPT, partidos e sindicatos. Após estas primeiras ocupações, Frei Marcos afirma que houve “*um racha*” entre MST e CPT/Diocese de Goiás, pois algumas lideranças religiosas como Frei Domingos não concordavam com algumas ações mais radicais do MST, por exemplo, “*queriam matar as vacas dos fazendeiros.*” Após estas divergências a CPT ficou mais na prestação de assessoria e as ocupações ficaram a cargo dos movimentos sociais.

A educação e os movimentos sociais: a construção de novos sujeitos.

As experiências dos movimentos sociais nos auxiliam a pensar e a construir uma escola mais crítica e voltada para a construção da consciência de classe dos trabalhadores. Por meio de uma consciência coletiva e por meio de novas concepções de mundo o sujeito pode vislumbrar a autonomia de pensamento. Se o sujeito não tem

⁵ O assentamento do Mosquito foi o primeiro assentamento no estado de Goiás via acampamento. Sua territorialização ocorreu em 1986 com 36 famílias.

consciência do mundo, das condições de exploração realizada pelo capital. Um dos exemplos de como os movimentos sociais têm contribuído em novas ações territoriais no Brasil na contemporaneidade, são as ocupações⁶ em todo o território nacional de escolas, as quais os estudantes, a partir da tática de ocupação dos prédios protestaram contra a PEC 241/55, que pretende cortar o investimento em educação e demais setores sociais públicos, além de em Goiás o movimento estudantil lutou contra o Governo Estadual que sugere implantar as “Organizações Sociais” na educação, e outras questões ligadas a insatisfação do universo educacional público. (CASTILHO, 2016)

Na história da educação brasileira, até a década de 1950, Brandão (2012) afirma que a educação popular era entendida como educação pública. Contudo, é a partir de 1960, a ideia de educação popular, atrela concepção de cultura, resistência, política e passa a ser uma contraposição às formas econômicas e culturais hegemônicas de dominação impostas à América Latina. Os MCP's (Movimentos de Cultura Popular) e os Círculos de Cultura começam a ser pensados em 1959/1960. Período que coincide com os anos mais efervescentes da educação popular no Brasil, conforme Bezerra (1980). Para esta autora as atividades de educação popular mais intensa foram do período de 1959 a 1964. Esta época foi marcada, sobretudo, pela pressão de diferentes movimentos de base que exigiam as “reformas de base”, como a reforma agrária, a reforma política, a reforma bancária. Enfim, lutavam contra a perda de autonomia política e econômica a qual o Brasil vivenciava. Neste sentido, não se é possível mencionar a educação popular no Brasil sem remeter a todo este contexto histórico cultural.

Foi no MCP que Paulo Freire inicia a alfabetização de adultos em Recife e posteriormente expande para Angicos no Rio Grande do Norte. Do Rio Grande do Norte esta concepção pedagógica conquista diferentes espaços no Brasil, principalmente em regiões empobrecidas, como o Nordeste, Norte e Centro Oeste. Entre os principais objetivos do MCP Cunha (1999) *apud* Risso (2007, p. 02) destaca:

[...] a) promover e incentivar, com a ajuda de particulares e do poder público, a educação de crianças e adultos. b) atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que a assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo; c)

⁶ O movimento estudantil, por meio das ações protagonizadas por estudantes secundaristas ocupou mais de 1000 escolas em mais de 22 estados brasileiros em 2016.

proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; d) colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e) formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.

Nesta trajetória, o MEB (Movimento de Educação de Base) inicia seus trabalhos de alfabetização popular em 1961. Este ator social teve papéis significativos na luta pela alfabetização de jovens e adultos em Goiás e no âmbito nacional e incentivou, por exemplo, campanhas como a do voto do analfabeto. Outros atores importantes que contribuíram junto ao MEB foram a JUC (Juventude Universitária Católica), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e os CPC (Centro Popular de Cultura). Assim, podemos afirmar que a ala esquerda e progressista da Igreja Católica passa a defender reformas de base, a partir de padres como Almerly Bezerra, Henrique Claudio de L. Vaz, Pereira, Dom Helder, Dom Fernando etc. Podemos acrescentar que no Governo e Jânio Quadros amplia-se a relação entre a igreja e a sociedade civil. (RODRIGUES, 2008).

Podemos afirmar que os projetos de Educação popular no Brasil ganham força expressiva a partir da ‘Pedagogia do Oprimido⁷’, que surge no Brasil com Paulo Freire (1987), por meio da práxis de que o saber poderia ser construído a partir da realidade vivida, das palavras do cotidiano, das práticas coletivas e da cultura popular. O que resulta em um Movimento da Educação que se espalha no Nordeste e na América Latina a partir de 1950, e se prolonga até 1960.

Para Freire a educação popular era tanto uma experiência que podia realizar no âmbito não governamental como podia ser também uma política pública. Freire tinha a clareza e a maturidade de que para construir alternativas e alianças que favorecessem o poder popular em alguns momentos haveria de realizar atividades dialéticas com o poder público. As atividades de conscientização, politização e organização popular era um processo lento. E qualquer passo que avançamos em direção à coletividade e a propostas mais humanizadoras e críticas para Freire já pode ser considerado algo importante e libertador. (TORRES, 2014)

Freire (2014) em seus princípios políticos e pedagógicos evidencia a preocupação com o papel da educação em instrumentalizar os sujeitos para que estes

⁷ Paulo Freire usava o termo sujeitos opressores e oprimidos para revelar as classes sociais antagônicas e o papel da luta política para a transformação da realidade.

possam refletir sobre a sua própria condição de massificado, explorado. Para isso se ampara principalmente no conceito de “sujeito inacabado”, que pode buscar mudanças, ser a mudança, não se acomodar, libertar-se, conscientizar-se. A conscientização se inicia pelo processo de alfabetização. E esta alfabetização, por sua vez, era essencial, tendo em vista que cerca de 50% da população brasileira era analfabeto até meados do século XX. O que não é pouco. E o dialogo se torna peça fundamental para a construção de novos sujeitos históricos e de novas consciências.

Ainda no que se refere às contribuições de Paulo Freire político pedagógicas na educação atual no Brasil e em toda a América latina, pontuamos a crítica à expulsão escolar erroneamente de nominada de evasão escolar a qual Freire (1983) considerava um dos problemas cruciais na educação. É a partir desta crítica freiriana que o Estado passa a pensar em projetos educacionais que buscasse também inserir jovens trabalhadores da periferia no espaço escolar, e projetos que pudessem auxiliar na permanência de adultos não alfabetizados na escola, no campo e na cidade. E podemos afirmar ainda que estes ideais passam a influenciar ainda mais novas perspectivas para a população do campo principalmente uma vez que esta possui a média de escolarização e alfabetização inferior às populações urbanas.

A partir da década de 1980, com a ascensão dos Movimentos Sociais do campo no Brasil, com 80% da população latina americana vivendo em situações de miséria, repolitiza-se a ideia da Pedagogia do Oprimido. Entretanto, a gênese da Educação Popular emerge do processo de exclusão social vivenciada por crianças, jovens, mulheres, homens, idosos, e idosas do campo. Podemos afirmar que a luta pela educação popular no Brasil se mistura com diferentes bandeiras de luta e a luta de classes sociais: como a reforma agrária, a sindicalização rural, melhores condições de vida e trabalho no campo etc. E ainda podemos perceber que a luta pela educação e por melhores condições de vida e permanência no campo se fragmenta, pois temos diferentes perfis de trabalhadores do campo, como assalariados, meeiros, arrendatários, boias-frias, quilombolas, indígenas etc. (GRZYBOWSKI, 1990).

A historia dos movimentos sociais no Brasil é expressamente marcada pela luta de diferentes setores políticos coincide com mudanças na sociedade, sendo uma delas as mudanças na educação. Arroyo (2012) afirma que há um ocultamento em relação ao campo historicamente construído no Brasil. Um ocultamento acerca de

sua história, identidades, exploração do trabalho, expropriação, desvalorização de seus saberes e práticas culturais. Neste sentido, desocultar o espaço do campo por meio de pesquisas ligadas a educação, a categoria trabalho, terra, modos de vida se faz necessário como forma de reafirmar aquilo que os movimentos sociais do campo tem feito nos últimos anos. A educação precisa identificar as contradições, compreendê-las e buscar superá-las. Tendo a educação como um dos vetores, mas não o único, associado ao papel do estado, e de outros setores da economia. A terra e o trabalho como processos formadores de emancipação e resistência, reconhecer os sujeitos para a construção de uma nova práxis pedagógica. Torna-se fundamental discutir as relações de trabalho e de explorações presentes no campo e a violência do capital sob os sujeitos, como explica Arroyo (2012, p.89):

Que centralidade dar na história da nossa pedagogia a esses processos tão antipedagógicos de exploração do trabalho humano? Como incorporar essa história nos currículos de formação docente e de educação básica? Como garantir o direito dos trabalhadores do campo e de todos os trabalhadores a saber-se nessa história tão exploradora e violenta do trabalho? (...) Reconhecer essas formas diversas de relações de trabalho no campo é uma exigência para a construção de outras escolas no campo, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, das florestas, do cerrado ou do semiárido. Outras formas de aprofundar no trabalho como princípio educativo. Outra escola do trabalho.

Arroyo (2012) nos explica que são as próprias tensões do campo que nos levam a indagar: qual o currículo, qual sistema, qual identidade docente, qual opção política, pela cultura, pela identidade, que projeto de educação e sociedade quero construir? Essas tensões no campo pressionam as tendências pedagógicas a abrir suas visões reducionistas de educação, é preciso abrir este estreitamento. A educação tem que vir de encontro com a realidade social do campo, deve ser um movimento socioeducativo. A luta por educação humanizadoras coincide com luta pela terra, território, trabalho e identidades. Não é possível pensar um projeto de sociedade para um grupo a partir de um outro projeto de sociedade. Por isso o autor ressalta a necessidade e si implementar na educação básica a história do trabalho no Brasil, a violência do capital, as explorações nas relações, para assim potencializar uma tomada de consciência a caminho de uma educação emancipadora.

Nesta perspectiva, vislumbrando a tomada de consciência das classes populares do campo no Brasil, surge O Movimento de Educação do Campo surge a

partir dos anseios dos movimentos populares do campo que buscam uma educação que levem em consideração as especificidades dos povos do campo e foi uma iniciativa que foi se concretizando desde 1997 com a Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo” realizada em Luziânia e em 1998 com ENERA, o primeiro “Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária” promovido pelo MST, UNB, Unesco, Unicef e CNBB. É uma luta pela democratização e por melhorias a educação das populações que moram no campo. (MOLINA, 2010)

Nesta perspectiva, várias conquistas dos movimentos populares do campo foram alcançadas como: cursos de Formação em Educação do campo e Pedagogia da Terra, desenvolvidos pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária) Cursos de pós-graduações, formações técnicas em Agroecologia, recursos para projetos em parcerias com as Escolas Famílias Agrícolas com as políticas do Projovem campo⁸, Saberes da Terra, PRONACAMPO etc. Como um dos resultados deste processo, mais de 30 mil jovens e adultos assentados que foram beneficiados pelo Pronera, e ainda a formação de mais de 3 mil educadores, em convênios com mais de 50 universidades públicas e privadas. (VENDRAMINI, 2010)

Todavia, entre alguns depoimentos que coletamos de lideranças políticas em Goiás de movimentos sociais e da CPT destacamos alguns trechos que denotam a importância das experiências coletivas, de luta como aprendizado e fortalecimento do encabeçamento de ações territoriais. Em entrevista a Sebastião Rafael Gontijo, realizada em 15/08/2016, “Tião Lobó,” mineiro de Carmo do Paranaíba, chega em Goiás em 1966, veio morar com o tio, Francisco da Costa Marinho, numa fazenda no município da Cidade de Goiás. Participou em 1967 do Grupo de Jovens “Legião de Maria”, em 1968 foi membro da Primeira Assembleia Diocesana na Cidade de Ceres, esteve à frente da Primeira Greve em 1977 dos Trabalhadores da Educação em Itapuranga. Em 1980 inicia um trabalho de alfabetização de Jovens e Adultos junto a sua esposa Perpétua o qual trabalharam o Método Paulo Freire:

A gente começou a trabalhar na conscientização do trabalhador rural em busca pelos seus direitos, e a gente era mal visto, nós éramos os subversivos, os comunistas da época, todos esses jargão ou apelidos depreciativos, tentaram denigrir nossa imagem forma colocados em cima de nós, inclusive,

⁸ Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada. Foram programas aplicados após a criação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) implantada em 2005.

os próprios familiares nossos nos repreendiam em sentido por temer por nossas vidas, realmente foi um período um tanto turbulento, nós enfrentamos aí a perseguição por parte da população itapuranguense, sobretudo, quando veio aqui pra Itapuranga um grupo de gaúchos que liderados pelo padre Ivo Poleto, com mais seis leigos, era o Darci Accorsi mais a esposa dele, o Daniel, o Vicente e a Assunta, começa a trabalhar aqui dentro e aí nós começamos um movimento de conscientização conversando com o pessoal na zona rural no sentido de fazer com que eles lutassem pelos seus direitos.

Ainda na década de 1980 foi para o Amapá, na região de Oiapoque para realizar um trabalho de alfabetização entre os indígenas. Neste trabalho realizado por Tião Lobó junto a CPT, sua esposa Perpétua afirma: *“Onde o Mobral não conseguiu fazer nada a gente conseguiu a fazer ler”*.

Entre uma das moradoras do município de Goiás que atua junto aos movimentos sociais do campo no Brasil e na Cidade de Goiás entrevistamos Helzamara de Carmalho, nascida em Bento Fernandes, no Rio Grande do Norte, filha de camponesa, o irmão mais novo é assentado e o tio é militante do MST. Conhecida como Mara, ela destaca que suas primeiras experiências de atuação coletiva se deram aos 14 anos de idade, junto a Pastoral da Criança e da Juventude, coordenou atividades na PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular), com propostas ligadas ao meio rural, a qual aprendeu algumas técnicas ligadas ao Ver, Agir e Julgar. Essas pastorais congregavam a uma rede de Juventude que integrava a metodologia de educação popular na BA, PE, CE e MA. E contemplava os ideais de Padre Murilo que pensava propostas de resistências para o campo e para a cidade.

A entrevistada também nos conta que trabalhou na Secretaria do Movimento Sem Terra, atuando em Natal, e esta inserção junto aos movimentos serviu de acúmulo e suporte para ingressar na 1º Turma de Direito Agrário que buscou integrar estudantes de 19 estados, com recursos do Pronera tendo como foco a Pedagogia da Alternância. Mara ressalta que esta turma foi um marco histórico e político na Cidade de Goiás, esta que é reduto de representantes ligados a UDR, com a história dos assentamentos, ou seja, lugar de luta e resistência. Ela destaca que a presença desta turma na cidade, também retoma os movimentos sociais do campo e da periferia da cidade e garante aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar, uma possível inserção no universo acadêmico.

O maior aprendizado de Mara junto aos movimentos e junto a sua atuação com a Educação popular são sintetizadas em seu depoimento:

As minhas maiores experiências marcantes na pegada da educação popular foi de lidar com diferentes sujeitos em todas as suas dimensões. Isso a partir de referências de educadoras, na maioria mulheres. E que é difícil aglomerar o saber sistematizado com o saber cotidiano, das experiências. Para além da luta, da resistência, os maiores legados vêm da troca com os sujeitos em movimento. Da Pedagogia Freiriana aprendi a fazer referência sempre a partir do nosso lugar de fala.

Esta entrevista denota que mesmo diante da conjuntura política de enfrentamento que travamos no Brasil hoje, as vozes da juventude do campo e da cidade, por meio do engajamento políticos de sujeitos das mais diferentes militâncias e de protagonismos sociais ainda estão vivas e em movimento pelo Brasil afora.

Considerações finais

O papel das ideologias postas no mundo contemporâneo é capaz de formatar sujeitos padronizados e inertes a realidade de consumismo e da exploração capitalista. A sociedade está impregnada de ideologias, em todos os espaços e em todos os sentidos. O impulso do engendramento do capital acentua a ideia de que vivemos em um consenso abrangente generalizado com formas de dominação arraigadas, com estruturas bem montadas, conceitos construídos, capturas dos sujeitos e da subjetividade. (MÊSZAROS, 2014)

Assim a educação torna-se cada vez mais algo essencial à sociedade. É ela que nos faz assumir posturas radicais, críticas e filosóficas em relação ao próprio sistema. Porém, na contemporaneidade, precisamos desconfiar de discursos que prometem uma educação para a cidadania, ou uma educação para o trabalho, por exemplo. Porque no contexto capitalista em que vivemos, as oportunidades de acesso à educação não são sinônimos possibilidades de trabalho justo a todos. Muito pelo contrário, grande parte dos indivíduos é excluída do universo do trabalho formal, de concursos públicos, de universidades e de inúmeras situações seletistas propostas pelo mundo do trabalho e pela própria educação, esta que por sua vez, também é contraditória. (CRUZ, 2004)

Pessoa (1999) no convida a refletir sobre o papel dos saberes sem teto, dos saberes com teto e da casa de saberes. Todavia, é por meio da educação, formal e não formal que temos a possibilidade de conviver com o outro e aprender. É a partir da educação que confrontamos o que pensamos, o que fazemos e o que somos. Durante os processos de aprendizagem concebidos por meio da educação iniciamos mudanças

personais e coletivas. Portanto, a educação é um caminho que transforma e traz avanços para o mundo. (LOUREIRO, 1988)

Neste caminhar, os pressupostos políticos e pedagógicos de Paulo Freire nos auxiliam a entender que a conscientização política se dá na soma da consciência histórica com a tomada de consciência pode ser capaz de mudar circunstâncias, alterar modos de vida, subordinações, relações sociais, pode construir de fato a libertação política e social.

Pontuamos que a construção de novos sujeitos históricos é algo necessário e complexo como nos explica Houtart (2006), é uma das alternativas para o futuro de um mundo menos desigual e exploratório. Os processos educativos formativos construídos por meio das organizações sociais podem ser um dos instrumentos que leve a construção destes novos sujeitos, para que estes atuem junto aos movimentos, organizações populares, sindicatos e partidos na construção de novos projetos de sociedade.

Referências

- ALVES, Amone Inácia. A formação de trabalhadores rurais pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, v. 1, p. 91-101, 2011.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho e educação: diversidade e lutas sociais no campo. **Revista trabalho e educação**. Belo Horizonte, v. 21, n.3, set/dez. 2012. p.81-93.
- _____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. RJ: Vozes, 2014.
- BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- BRANDÃO, Carlos R. (org.) **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CASTILHO, Denis. Os estudantes lutam, apesar de nós, professores. **Territorial Caderno Eletrônico de Textos**, v. 6, n. 8, novembro, 2016.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Revista Educação Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 245-257, São Paulo, 2016.

CRUZ, José Adelson da. Movimentos sociais e práticas educativas. **Revista inter-ação**. Faculdade de Educação, p.175-185, jul./dez. 2004.

CHISTÒFFOLI, Pedro Ivan; MOLINA, Mônica (Orgs). Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. **Educação do campo pesquisa e reflexão**. Vol. I. Brasília: MDA/MEC, 2002. p. 94-100.

DOMINGUES, José Maurício. **Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades**. Instituto de Estudios Sociales y políticos. Rio de Janeiro: CLACSO, 2007.

DUARTE, Elio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras**: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 59 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. **Revista Contexto e Educação**. Ijuí. Ano 01, n. 4, out./dez., 1986. p.47-59.

_____. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, Vozes, 1990.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)**. Goiânia: UFG, 2014.

GUTIERREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus Editoria, 1988.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: Org: BORON, Atilio; GONZALEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje**.

Problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, 2006.

JAMESON, Fredric. **Pós modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. Trad. Maria Elisa Cevasco. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. RJ: Jorge Zahar, 1997.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista.** Espanha: Madri, 1985.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia: UFG, 1988.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 7ªed. Vol. II. São Paulo: Difel, 1982.

MAIA, Cláudio Lopes. Movimentos sociais na fronteira-um estudo de caso: Trombas e Formoso 1950/1960. **Anais do ANPUH: XXIII Simpósio Nacional de História.** Londrina, 2005.

MANNHEIM, Karl. **Ideología y utopía.** México: Fondo de Cultura, 1983.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II.** Brasília: MDA/MEC, 2010.

PESSOA, Jadir de Moraes. Aprender e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás. **Revista Brasileira de Educação**, n.10, jan./fev./mar./abr., 1999.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Educação e formação política: um estudo analítico e institucional da Fundação Nativo de Natividade.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: campinas, 1999.

PIETRAFESA, José Paulo. Terra, ocupação e posse: novos desafios aos movimentos sociais frente à ação do capital agrário. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 70-76, 2014.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **Enraizamento de esperança:** as bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás. Tese de doutorado: Faculdade de Educação - UFG, 2008.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. Educação e movimentos sociais: avanços e recuos entre o século XX e o século XXI. **Educação em Revista**, Marília, v.12, n.2, p.145-162. Jul/dez, 2011.

WARREN, Ilse Scherer. **Movimentos sociais um ensaio de interpretação sociológica.** UFSC: Florianópolis, 1987.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado.** Brasília, v. 21, n.1, p.109-130, jan./abr., 2006.

_____. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política e sociedade**, n. 5, 2004. p.13-35.

VENDRAMINI, Celia Regina. A educação do campo na perspectiva do Materialismo Histórico dialético. **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010. p.127-135.

Recebido para publicação em novembro de 2016

Aprovado para publicação em fevereiro de 2017